

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/97.

Dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem utilizados quando do pagamento da indenização ao servidor exonerado ou demitido, através do Programa Especial de Incentivo à Exoneração Voluntária, no âmbito da Administração Pública Estadual.

O INSPETOR GERAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nos [§§ 1º, inciso V, e 2º, do art. 1º da Lei 2.322, de 11 de abril de 1966](#),

R E S O L V E :

1. Estabelecer os procedimentos contábeis a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, na forma do Anexo Único desta Instrução, quando do pagamento de indenização ao servidor exonerado ou demitido através do Programa Especial de Incentivo à Exoneração Voluntária, instituído pela [Lei 6.931, de 05 de janeiro de 1996](#), regulamentada pelo [Decreto 5.168, de 09 de fevereiro de 1996](#).
2. Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1997.
3. Revogam-se as disposições em contrário.

Salvador, 10 de junho de 1997.

DAGOBERTO A. F. DE OLIVEIRA

Inspetor Geral

ANEXO ÚNICO

I) DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS QUANDO DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SERVIDOR VINCULADO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL.

I.1) NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SERVIDOR

EXECUTOR: Departamento do Tesouro - DEPAT

- 1º. Recebe o relatório da SAEB, discriminando os servidores beneficiários e os valores a serem pagos aos mesmos.
- 2º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 00:
 - a) emite uma Ordem Bancária de Liberação- OBL para a conta CUTE Pessoal e Encargos nº 111.214.103, da Unidade Gestora nº 398000002;
 - b) efetua o pagamento extraorçamentário, a débito da conta PDI a regularizar nº 114.913.103 e a crédito da conta CUTE - Pessoal e Encargos;
 - c) utiliza o evento nº 438 para regularização do pagamento na unidade de origem- DEPAT e disponibilização do valor correspondente para a unidade de destino, na conta " PDI nº 114.911.002 " .
- 3º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 21:
 - a) utiliza o evento nº 446 para regularização do pagamento na unidade de origem - DEPAT, e disponibilização do valor correspondente para a unidade de destino, na conta "PDI nº 114.911.002" ;
 - b) informa o valor liberado à IGF/GERAC, para que seja baixado o Quadro de Fonte - QF no DEPAT.

EXECUTOR : Inspetoria Geral de Finanças - IGF

- 4º. Procede à baixa do Quadro de Fonte - QF.

I.2) NA REGULARIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

EXECUTOR: SAG da Secretaria ou unidade equivalente

- 1º. Emite o empenho correspondente, quando da publicação do ato de exoneração do servidor, utilizando, no campo " finalidade ", a opção " folha de pagamento ".
- 2º. Efetua a pré-liquidação da despesa.

EXECUTOR: Inspetoria Setorial de Finanças ou unidade equivalente

- 3º. Procede à liquidação da despesa, momento em que o sistema efetuará, automaticamente, a regularização do pagamento orçamentário.
- 4º. Verifica a entrada do valor proveniente do DEPAT, na conta "PDI nº 114.911.002", e utiliza o evento nº 159 para a regularização desta conta.

II) DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS QUANDO DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SERVIDOR VINCULADO

ÀS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ESTADUAL.

II.1) NA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SERVIDOR.

EXECUTOR: Departamento do Tesouro - DEPAT

1º. Disponibiliza os recursos para a ASPLAN da Secretaria a que a entidade esteja vinculada, mediante a emissão de:

- a) OBL , caso os recursos se originem da Fonte 00;
- b) LRB - Liberação de Recursos Bancários - de regularização, caso os recursos se originem da Fonte 21, selecionando, na unidade de origem, a conta Caixa Econômica Federal - "PDI nº 111.269.101" e, na unidade de destino, a conta "PDI nº 111.269.001".

II.2) NA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS PARA AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

EXECUTOR: ASPLAN da Secretaria a que a entidade esteja vinculada.

1º. Emite o empenho correspondente, quando da publicação do ato de exoneração do servidor, utilizando, no campo "finalidade", a opção "normal."

2º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 00:

- a) verifica a entrada dos recursos provenientes do DEPAT, via OBL;
- b) efetua a inclusão do pagamento orçamentário da despesa, selecionando a subconta escritural CUTE - " PDI nº 111.214.1TT ", aberta pela entidade da Administração Indireta, no caso específico de autarquias e fundações.

3º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 21:

- a) verifica a entrada dos recursos provenientes do DEPAT, através de LRB;
- b) efetua a inclusão do pagamento orçamentário da despesa, como regularização, selecionando a conta Caixa Econômica Federal - " PDI nº 111.269.001".

4º. Autoriza o pagamento.

EXECUTOR : Inspetoria Setorial de Finanças - ISF ou unidade equivalente

5º. Efetua a liquidação da despesa.

6º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 00:

Confirma o pagamento, gerando, a depender da natureza jurídica da entidade:

- a) uma Ordem Bancária Indireta - OBI, no caso de autarquias e fundações;
- c) uma Ordem Bancária Eletrônica - OBE, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista.

7º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 21:

- a) confirma o pagamento através da emissão de uma ordem bancária impressa.
- b) envia cópia do empenho pago à entidade, através ofício.

II.3) NO REGISTRO ORÇAMENTÁRIO DOS RECURSOS LIBERADOS PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SERVIDOR

EXECUTOR: Unidade responsável pela execução da despesa no âmbito da Administração Indireta

1º. Abre uma subconta escritural CUTE - " PDI nº 111.214.1TT ", caso os recursos sejam originários da Fonte 00.

2º. Emite o empenho correspondente, utilizando, no campo "finalidade", a opção "folha de pagamento", registrando, como credor, a entidade da Administração Indireta.

3º. Procede à pré-liquidação da despesa.

4º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 00:

- a) verifica a entrada dos recursos provenientes da ASPLAN, via OBI;
- b) classifica a receita recebida através do módulo "Lançamento de Receita";
- c) efetua a inclusão do pagamento orçamentário, selecionando a subconta escritural CUTE- " PDI nº 111.214.1TT " e, como conta bancária do credor, a de nº 706.578-3.

5º. Caso os recursos sejam originários da Fonte 21:

- a) classifica a receita, desde que recebido o empenho enviado pela ISF ou unidade equivalente, através do módulo " Lançamento de Receita ", informando a conta Caixa Econômica Federal - " PDI nº 111.269.001 "; para efeito de registro do débito.

b efetua a inclusão do pagamento orçamentário, como regularização, selecionando a conta Caixa Econômica Federal -" PDI nº 111.269.001 ".

6º. Autoriza o pagamento.

EXECUTOR: Unidade responsável pela liquidação e confirmação do pagamento

7º. Efetua a liquidação da despesa.

8º. Confirma o pagamento.

II.4) NO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM RECURSOS ORIUNDOS DA FONTE 00, QUE EXIJA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL.

EXECUTOR: Unidade responsável pela execução da despesa no âmbito da Administração Indireta

1º. Envia relação dos servidores beneficiários ao BANEBA/ASBAN e solicita emissão de cheque administrativo individual em favor de cada beneficiário;

2º. Recebe, através do servidor responsável, o cheque administrativo do BANEBA, para homologação junto ao sindicato respectivo ou ao Ministério do Trabalho.

3º. Efetua o registro no grupo de contas do compensado, através do evento nº 439.

4º. Procede à baixa do valor registrado no grupo de contas do compensado, através do evento 440, após a efetiva homologação da rescisão contratual.